

**BRS**

Consultoria e apoio em licitação

**ILMO. SERVIDOR SENHOR SEBASTIÃO NOBRE DA SILVA, PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS.**

**REF: CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 033/2019.**

**SUPERENGE SERVICOS E CONSTRUCAO LTDA - EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.184.198/0001-27, estabelecida na Rua Diana, n.º 643, Bairro Ana Lúcia, CEP 34.710-210, Município de Sabará, Estado de Minas Gerais, por seu representante que a esta subscreve, conforme procuração em anexo **(Anexo I – Doc. I)**, **SRA. LUANA CAROLINE ANDRADE COSTA**, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade n.º MG – 16.945.418 e inscrita no CPF sob o n.º 103.629.346-73, com endereço profissional na Av. Nossa Senhora de Fátima n.º 2.576, Bairro Carlos Prates, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP: 30.710-020, vem respeitosamente na presença de V.Sa., em tempo hábil, com fulcro no artigo 109, da Lei Federal n.º 8666, de 21 de junho de 1993, na sessão XIV do Instrumento Convocatório e respectivos subitens do Edital de Concorrência Pública n.º 033/2019, a fim de interpor;

## **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO**

Em face do Recurso interposto pela empresa **M&C ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**, inscrito no CNPJ n.º 01.948.919/0001-74, pelos fatos e mediante as razões fáticas, técnicas e jurídicas a seguir delineadas, requerendo ao final a manutenção integral da decisão recorrida.



**BRS**

Consultoria e apoio em licitação

## **I – DO RESUMO DOS FATOS**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, tornou pública a realização de licitação, na modalidade Concorrência n.º 033/2019, do tipo **MENOR PREÇO**, objetivando a “**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS, EM EDIFICAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, EM BELO HORIZONTE**” conforme especificações do Termo de Referência.

Em data de 09/10/2019, foi iniciada a sessão, que foi presidida pelo Presidente da Comissão de Licitação, Senhor Sebastião Nobre da Silva, que foi auxiliado pela Comissão de Licitação.

Após a abertura e análise dos documentos de habilitação, somente as empresas **CONTROLE ENGENHARIA EIRELI, M&C ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA** e **SUPERENGE SERVICOS E CONSTRUCAO LTDA – EPP**, foram declaradas habilitadas.

Inconformada com a decisão do Presidente da Comissão, a empresa **M&C ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**, apresentou tempestivamente recurso administrativo, que a seguir passamos a combater.

Assim, a empresa **SUPERENGE SERVICOS E CONSTRUCAO LTDA – EPP**, vem oferecer tempestivamente as presentes **CONTRARRAZÕES** ao **RECURSO ADMINISTRATIVO**, com base nas razões de fato e de direito que passa a aduzir.

## **II – DA TEMPESTIVIDADE E DO CABIMENTO**

Considerando que o prazo para apresentação das contrarrazões de recurso é de 03 (três) dias, conforme estabelecido no item 09 e demais subitens do Instrumento convocatório, temos que tempestiva é a presente apresentação de CONTRARRAZÕES.



## 9. DOS RECURSOS

9.1. Dos atos decisórios desta licitação caberão recursos, nos termos do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato ou da lavratura da ata.

9.1.1. Findo o prazo para a interposição de recurso, será publicado no DOMP/MG o comunicado quanto à interposição ou não de recurso, em caso positivo será iniciada a contagem de prazo para os demais licitantes apresentarem contrarrazões de recurso, no mesmo prazo do subitem anterior.

9.1.2. Caso o licitante vencedor seja ME/EPP ou equiparada e a sua documentação fiscal e trabalhista apresente alguma restrição, o prazo recursal referente ao julgamento das propostas começará a fluir após a comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista, que será comunicada a todos os licitantes por meio de publicação no DOMP/MG.

9.2. A intimação dos atos decisórios será feita mediante publicação no DOMP/MG, salvo os atos de habilitação ou inabilitação de licitantes e julgamento de propostas, se presentes todos os prepostos dos licitantes na sessão em que foi proferida a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta a os interessados e lavrada em ata.

9.3. Os recursos deverão ser protocolados no Protocolo Geral da Procuradoria Geral de Justiça e dirigidos à Autoridade Competente, por intermédio do Presidente da CPL, o qual poderá reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir devidamente informados.

9.4. As razões e contrarrazões de recurso deverão conter indicação da razão social da empresa licitante, seu número de CNPJ e endereço, além de estarem acompanhadas de todos os documentos necessários à identificação e comprovação do poder de representação do seu signatário.

9.5. O resultado do julgamento dos recursos será comunicado aos licitantes por meio de publicação no DOMP/MG.

9.6. A renúncia expressa de todos os licitantes, pessoalmente ou via e mail, ao direito de interpor as razões e contrarrazões de recurso, serão registradas em ata, passando se para a fase subsequente do processo, mediante publicação no DOMP/MG, ainda que não tenha transcorrido o s prazo s disposto s no s subitens 9.1 e 9.1.1.





**BRS**

Consultoria e apoio em licitação

9.7. O recurso será dirigido ao Procurador Geral de Justiça Adjunto Administrativo por intermédio da CPL que, reconsiderando ou não sua decisão, irá fazê-lo subir devidamente informados, para decisão superior.

9.8. O recurso contra decisão da autoridade competente terá efeito suspensivo (art. 109, § 2º da Lei Federal nº 8.666/93).

9.9. Não serão conhecidos os recursos interpostos após o prazo previsto, nem tampouco aqueles em desacordo com os procedimentos legais.

9.10. O acolhimento de recurso importará na validação exclusivamente dos atos suscetíveis de aproveitamento.

Em relação à contagem dos prazos a LEI FEDERAL N.º 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, estabelece:

*“Art. 110. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.*

*Parágrafo único. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.”*

Portanto, é manifesto o cabimento das presentes contrarrazões, posto que, além de apresentar-se tempestiva e de acordo com os ditames constitucionais e legais, se trata de um direito público subjetivo, liberto de quaisquer condicionantes, usado com a finalidade de que a autoridade administrativa competente possa tomar conhecimento dos fatos, coibindo, assim, a prática de atos ilegais ou irregulares cometidos pela Administração Pública, tais quais os ensejadores da demanda em pauta.

Devidamente comprovada a tempestividade e o cabimento das contrarrazões, requer o recebimento do presente para o seu devido processamento e apreciação legal.



### III - DOS FUNDAMENTOS



### **3.1. Das Considerações Iniciais**

A fase recursal do procedimento licitatório tem como fundamento legal na **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**, que dispõe:

*“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*

*(...)*

*XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:*

*a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;*

*(...).”*

É dessa garantia constitucional que decorrem as diversas formas de provocação da Administração Pública para o exercício do direito de petição, nesse sentido vejamos as palavras de Di Pietro<sup>1</sup>:

*“Dentro do direito de petição estão agasalhados inúmeras modalidades de recursos administrativos... É o caso da representação, da reclamação administrativa, do pedido de reconsideração, dos recursos hierárquicos próprios e impróprios da revisão.”*

Seguindo esse entendimento, Carvalho Filho<sup>2</sup> afirma que:

*“O direito de petição é um meio de controle administrativo e dá fundamento aos recursos administrativos por que tais recursos nada mais são do que meios de postulação a um órgão administrativo. O instrumento*

<sup>1</sup> DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo, p 579. São Paulo: Atlas, 2000.

<sup>2</sup> CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo, p. 905. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2009.



**BRS**

Consultoria e apoio em licitação

*que propicia o exercício desse direito consagrado na CF é o recurso administrativo.”*

Desta feita, temos que o recurso administrativo instrumentaliza o exercício do direito de petição junto ao poder público.

### **3.2. DO RECURSO INTERPOSTO PELA LICITANTE MARCOS VINICIUS MARTINS PARREIRAS - ME:**

Pretende demonstrar a Recorrente, a ocorrência de descumprimento da Lei e afronta aos princípios administrativos, quando, de fato, o que se verifica foi exatamente o contrário, considerando que o Presidente da Comissão, se baseou nas regras do instrumento convocatório e Legislações correlatas, para a condução dos procedimentos relacionados ao certame em referência. Pretende também, que seja declarada a inabilitação da empresa recorrida, alegando que os documentos da mesma estão em desacordo com as exigências do Edital. Vejamos trecho do recurso interposto:

#### **MOTIVOS:**

1) A ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA SUPERNGE APRESENTADA E DATADA DE 08/07/2019 ALTERA O CAPITAL SOCIAL DE R\$ 300.000,00 PARA R\$ 590.000,00 (ver destaque abaixo).

#### **CLAUSULA PRIMEIRA DO CAPITAL SOCIAL**

O Capital social passa a ser R\$590.000,00 (quinhentos e noventa mil Reais) divididos em 590.000 (quinhentas e noventa mil) quotas no valor unitário de R\$1,00 (Um real), totalmente integralizado pelos sócios, utilizando parte do saldo da conta Lucros Acumulados:

Marcos Ferreira dos Reis	295.000 quotas	R\$295.000,00 (50%)
Gean Clésio Miranda Gonçalves	295.000 quotas	R\$295.000,00 (50%)
Total	590.0000 quotas	R\$590.000,00

#### **CLAUSULA SEGUNDA**

CRQPJ 039654/2019, DE 20/09/2019, APRESENTA CAPITAL SOCIAL DE R\$ 300.000,00 QUANDO DEVERIA SER DE R\$ 590.000,00 – INCONSISTÊNCIA (ver destaque abaixo).

RUA SOCIAL: SUPERNGE SERVICOS E CONSTRUCAO LTDA - EPP  
ENDEREÇO: RUA DIANA, 643 A ANA LUCIA  
SAZARRA - MG CEP: 34710010  
CNPJ: 11.184.189/0001-27 PROCESSO: 02537414  
REGISTRO NO CREA-MG: 050136 EXPIDIDO EM: 05/02/2014  
CAPITAL SOCIAL: R\$300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS )

----- RESPONSÁVEL(ES) TÉCNICO(S): -----

Alega a empresa recorrente que a empresa recorrida, apresentou CERTIFICADO DE REGISTRO E QUITAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA, perante o CREA/MG, com





**BRS**

Consultoria e apoio em licitação

dados inconsistentes. O Capital Social da empresa consta como sendo o valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais) e a última alteração contratual contém o valor do Capital Social de R\$ 590.000,00 (Quinhentos e noventa mil reais).

Acontece que, dos dados constantes na CRQPJ do CREA/MG, apenas o Capital Social sofreu alteração, o de que fato, não altera em nada o documento. Porém, a empresa recorrida já havia entregado a última alteração do Contrato Social ao CREA, e, apenas estava aguardando a retificação, que inclusive já foi realizada, vejamos:



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS - CREA-MG**

**CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA**  
**NÚMERO: 047407/2019**  
**VALIDA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

CERTIFICAMOS QUE A PESSOA JURÍDICA ABAIXO CITADA ENCONTRA-SE REGISTRADA NESTE CONSELHO, PARA EXERCER ATIVIDADE(S) TÉCNICA(S) LIMITADA(S) A COMPETÊNCIA LEGAL DE SEU(S) RESPONSÁVEL(EIS) TÉCNICO(S) NOS TERMOS DA LEI N. 5194, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1966. CERTIFICAMOS AINDA, FASE AO DISPOSTO NOS ARTIGOS 67, 68 E 69 DA CITADA LEI, QUE A REFERIDA PESSOA JURÍDICA, BEM COMO SEU(S) RESPONSÁVEL(EIS) TÉCNICO(S), ENCONTRAM-SE QUITES COM O CREA-MG, ESTANDO LEGALMENTE HABILITADOS PARA O EXERCÍCIO DE SUAS ATIVIDADES E QUE A SUA CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL É COMPROVADA PELO CONJUNTO DOS ACERVOS TÉCNICOS DOS PROFISSIONAIS CONSTANTES DE SEU QUADRO TÉCNICO, O QUAL PODERÁ SER OBTIDO ATRAVÉS DA CERTIDÃO DE QUADRO TÉCNICO. CERTIFICAMOS MAIS, QUE PARA EXECUTAR QUALQUER OBRAS E/OU SERVIÇOS TÉCNICOS A PESSOA JURÍDICA DEVERÁ TER A PARTICIPAÇÃO REAL, EFETIVA E INSOFISMÁVEL DO(S) RESPONSÁVEL(EIS) TÉCNICO(S) A SEGUIR CITADO(S) OBSERVADA A COMPETÊNCIA LEGAL DE CADA UM DELES, E QUE ESTA CERTIDÃO PERDE A VALIDADE CASO OCORRA QUALQUER MODIFICAÇÃO POSTERIOR DOS ELEMENTOS CADASTRAIS NELA CONTIDOS, E DESDE QUE NÃO REPRESENTEM A SITUAÇÃO CORRETA OU ATUALIZADA DO REGISTRO. \* \* \* \* \*

RAZÃO SOCIAL: SUPERENGE SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO LTDA - EPP  
ENDEREÇO: RUA DIANA, 642 A ANA LUCIA  
SABARA - MG CEP: 34710210  
CNPJ: 11.104.190/0001-27 PROCESSO: 02537414  
REGISTRO NO CREA-MG: 059136 EXPEDIDO EM: 05/02/2014  
CAPITAL SOCIAL: R\$590.000,00 (QUINHENTOS E NOVENTA MIL REAIS )

----- RESPONSÁVEL(EIS) TÉCNICO(S): -----

NOME: GABRIEL PINALTO VIEIRA  
TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL  
INCLUÍDO COMO RT DA EMPRESA EM 05/02/2014  
CARTEIRA: 71692/D EXPEDIDA EM 09/02/2000 PELO CREA-MG  
RNP: 1404649220

ATRIBUIÇÕES:ARTIGO 7 DA RESOLUÇÃO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA.

\*\*\* OBS: ALERTAMOS, POR FORÇA DO CÓDIGO PENAL E DOS ARTIGOS 90 E 94 DA LEI N. 8666/93, QUE O PROFISSIONAL CITADO ACIMA E TAMBÉM RESPONSÁVEL TÉCNICO DA(S) SEQUENTES(S) FIRMA(S) OU EMPRESA(S): \* \* \* \* \*  
AGECOR ENGENHARIA LTDA ME

NOME: THIAGO VINÍCIUS VIEIRA SILVA  
TÍTULO: ENGENHEIRO ELETRICISTA  
INCLUÍDO COMO RT DA EMPRESA EM 08/04/2014  
CARTEIRA: 154621/D EXPEDIDA EM 18/02/2013 PELO CREA-MG  
RNP: 1411023773

ATRIBUIÇÕES:ARTIGOS 8 E 9 DA RESOLUÇÃO 218 DE 29.06.1973, DO CONFEA.

PÁGINA 1 DE 3

continua ...



**BRS**

Consultoria e apoio em licitação



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS - CREA-MG**

**CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA**

**NÚMERO: 047407/2019**

**VALIDA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

-----  
NOME: GEAN CLESIO MIRANDA GONCALVES  
TÍTULO: ENGENHEIRO ELETRICISTA  
INCLUÍDO COMO RT DA EMPRESA EM 16/01/2017  
CARTEIRA: 196478/D EXPEDIDA EM 16/01/2017 PELO CREA-MG  
RNP: 1414721455  
FOI RT DA EMPRESA COM PROVISÓRIO NÚMERO 04.9.0000196478  
NO PERÍODO DE: 17/09/2015 ATÉ 16/01/2017

ATRIBUIÇÕES: ARTIGOS 8 E 9 DA RESOLUÇÃO 218 DE 29.06.1973, DO CONFEA.

-----  
NOME: ROGERIO GERALDO MAGELA RIBEIRO  
TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL  
INCLUÍDO COMO RT DA EMPRESA EM 10/04/2019  
CARTEIRA: 209448/D EXPEDIDA EM 04/04/2019 PELO CREA-MG  
RNP: 1415857512  
REGISTRO CANCELADO/INTERROMPIDO NO PERÍODO DE: 21/12/2016 ATÉ 03/04/2019

ATRIBUIÇÕES: ARTIGO 7 DA RESOLUÇÃO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA.

----- OBJETIVO SOCIAL: -----  
A) INTERMEDIACÃO E AGENCIAMENTO DE SERVIÇOS E NEGÓCIOS INERENTES À CONSTRUÇÃO CIVIL E INFORMÁTICA; B) ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETOS, PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, REDE DE INFORMÁTICA, TELEFONICAS E INFRA-ESTRUTURA TECNOLÓGICA, SISTEMA DE DETECÇÃO E COMBATE DE INCÊNDIO, PROJETO TOPOGRÁFICO, DE ARQUITETURA E ENGENHARIA CIVIL; C) EXECUÇÃO POR ADMINISTRAÇÃO, EMPREITADA OU SUB-EMPREITADA DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE INFRA-ESTRUTURA TECNOLÓGICA E CIVIL, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, REDES DE INFORMÁTICA, AUTOMAÇÃO PREDIAL, SISTEMAS DE INCÊNDIO, SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA COM EMPREGO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA E RESPECTIVOS SERVIÇOS DE CONSULTORIA E MANUTENÇÃO NOS SERVIÇOS ACIMA ELENCADOS; D) VENDA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS RELACIONADOS AOS SERVIÇOS PRESTADOS ACIMA, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO PREDIAL E LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA TERCEIROS.

----- NOTIFICAÇÃO PREVENTIVA: -----  
CERTIFICAMOS QUE A EMPRESA EM EPIGRAFE ESTÁ HABILITADA PARA ATUAR NAS ATIVIDADES DE SEU OBJETO SOCIAL COM PROFISSIONAL HABILITADO PELO SISTEMA CONFEA/CREA. INFORMAMOS QUE A EMPRESA DEVERÁ INDICAR OUTRO PROFISSIONAL ANTES DE VIR A EXERCER ATIVIDADES QUE EXTRAPOLEM AS ATRIBUIÇÕES DO SEU RESPONSÁVEL TÉCNICO, DE ACORDO COM O PREVISTO NOS ART. 6º, 'E', ART. 7º, CAPUT E P.U., P.U. DO ART. 8º E ART. 59 DA LEI 5.194/66 E P.U. DO ART. 13 DA RESOLUÇÃO 336/89 DO CONFEA, SOB PENA DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, CÍVEIS E/OU PENAS APLICÁVEIS À ESPÉCIE. \* \* \* \* \*

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE PELA INTERNET. PARA CONFIRMAR A VERACIDADE DESTAS INFORMAÇÕES ENTRE EM WWW.CREA-MG.ORG.BR - CERTIDÕES - VALIDAÇÃO DE CERTIDÕES - CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO DE EMPRESAS, COM O NÚMERO 047407/2019 FONE PARA CONTATO 0800-0312732.

----- continua ...

PÁGINA 2 DE 3

Av. Alvaros Cabral 1600, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte - MG - CEP: 30170 - 917 - (31) 3299-6700  
0800 2834273 (ouvidoria) - 0800 031 2732 (atendimento) - www.crea-mg.org.br





**BRS**

Consultoria e apoio em licitação



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS - CREA-MG

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA

NÚMERO: 047407/2019

VÁLIDA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2019

EMITIDA EM: 06 DE NOVEMBRO DE 2019 \* \* \* \* \*

E DISPENSÁVEL A ASSINATURA NESTE DOCUMENTO, CONFORME PORTARIA Nº 290 DE 29/11/2012. A FALSIFICAÇÃO DESTE DOCUMENTO CONSTITUI-SE EM CRIME PREVISTO NO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, SUJEITANDO O AUTOR À AÇÃO PENAL CABÍVEL. \* \* \* \* \*

FIM

PÁGINA 3 DE 3

Avenida Álvares Cabral 1600, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte - MG - CEP: 30170 - 917 - (31)3299-8700  
0800 28 30273 (ouvidoria) - 0800 031 2732 (atendimento) - www.crea-mg.org.br

**BRS**

Consultoria e apoio em licitação

Vemos portanto, que, a alteração no Certificado de Registro e Quitação da Pessoa Jurídica da empresa recorrida já foi alterado, porém, essa informação não altera em nada a principal função do Certificado que é a de comprovar que a empresa está regularmente inscrita no CREA/MG e que possui Responsáveis Técnicos que também estão regularmente inscritos na mesma.

O Capital social da empresa, não deve ser analisado na Qualificação Técnica da empresa e sim apenas na Qualificação Econômica Financeira da mesma, não sendo esse requisito para comprovação da qualificação técnica de uma empresa.

Não pode o Ministério Público se apegar a uma alegação tão pequena para declarar a empresa inabilitada, visto que, essa divergência de dados já foi sanada e que isso em nada altera a capacidade técnica da empresa em prestar os serviços licitados.

Ainda, o Ministério Público deve se valer do princípio da ampla concorrência e da procura pela melhor proposta de preços, a proposta mais vantajosa para que de fato contrate a empresa mais bem qualificada tecnicamente e que apresente o melhor preço.

A inabilitação da empresa recorrida por um fato tão pequeno fere o princípio da ampla concorrência e do formalismo moderado.

São frequentes as decisões do **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO** que prestigiam a adoção do princípio do formalismo moderado e a possibilidade de saneamento de falhas ao longo do procedimento licitatório. Nesse sentido, orienta o TCU no acórdão 357/2015-Plenário:

**“No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre**



**o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados”.**

Como exemplo, esse raciocínio pode ser percebido nas seguintes decisões do Tribunal de Contas da União:

**“Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências”.** (Acórdão 2302/2012-Plenário)

Também é entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais:

TJ-MS - Agravo de Instrumento AI 14082527020188120000 MS 1408252-70.2018.8.12.0000 (TJ-MS)  
Jurisprudência • Data de publicação: 27/01/2019

#### EMENTA

E M E N T A - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO ORDINÁRIA - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - INABILITAÇÃO - VÍCIO SANADO TEMPESTIVAMENTE - OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DO FORMALISMO MODERADO - DECISÃO REFORMADA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. O princípio do formalismo moderado garante a possibilidade da correção de falhas ao longo do processo licitatório, Isso sem desmerecer o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Portanto, o Ministério Público deve se pautar na escolha da proposta mais vantajosa e no princípio da ampla concorrência, não declarando a empresa recorrida inabilitada por um fato tão pequeno que já foi sanado e em nada altera a capacidade técnica da empresa.

A empresa recorrente ainda alega em seu recurso que o a empresa recorrida não conseguiu comprovar o vínculo com seu Responsável Técnico, vejamos:



**BRS**

Consultoria e apoio em licitação

2) A EMPRESA SUPERENGE APRESENTA GABRIEL GINALDO VIEIRA COMO RT (ver destaque abaixo).

A empresa SUPERENGE SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ 11.184.198/0001-27 situada na RUA DIANA, 643 A BAIRRO ANA LUCIA, SABARÁ/MG, licitante participante do processo licitatório supracitado compromete-se a manter, caso seja a vencedora na licitação, como responsável pelo gerenciamento dos serviços objeto desta licitação, até a sua conclusão, o profissional GABRIEL GINALDO VIEIRA, CREA nº 71892D, que está sendo apresentado através desta Declaração.

PORÉM O COMPROVANTE DE VÍNCULO (CONTRATO DE TRABALHO) INFORMA QUE O GABRIEL SÓ TRABALHA 40HS MENSAIS PARA A EMPRESA (ver destaque abaixo).

#### CLÁUSULA SEGUNDA – SERVIÇOS

Os serviços descritos neste contrato serão prestados pelo CONTRATADO, sob sua única e exclusiva responsabilidade, devendo o CONTRATADO respeitar a carga horária estabelecida pelo CREA, de 40hs mensais, para dedicação aos projetos da CONTRATANTE.

§ Único - O CONTRATANTE poderá estabelecer as diretrizes dos trabalhos a serem realizados pelo CONTRATADO, respeitada sua independência e autonomia no que

ENQUANTO O EDITAL EXIGE 4 HORAS DIÁRIAS, O QUE SUPERA A CARGA HORÁRIA DEDICADA À EMPRESA - INCONSISTÊNCIA (ver destaque abaixo).

PESSOAL TÉCNICO E ADMINISTRATIVO	
ENGENHEIRO CIVIL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES-4 HORAS DIÁRIAS POR 6 MESES	MÊ

E A CRQPJ 039654/2019 INFORMA AINDA QUE ALÉM DA SUPERENGE O ENGENHEIRO É RT DE OUTRA EMPRESA (ver destaque abaixo).

----- RESPONSÁVEL(ES) TÉCNICO(S): -----  
NOME: GABRIEL GINALDO VIEIRA  
TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL  
INCLUIDO COMO RT DA EMPRESA EM 05/02/2014  
CARTEIRA: 71892/D EXERECIDA EM 09/02/2009 PELO CREA-MG  
RNP: 1404649220

ATRIBUIÇÕES:ARTIGO 7 DA RESOLUÇÃO 215 DE 29.06.73, DO CONTRA.  
\*\*\* OBS: ALERTAMOS, POR FORÇA DO CÓDIGO PENAL E DOS ARTIGOS 90 E 94 DA LIT N. 8065/90, QUE O PROFISSIONAL CITADO ACIMA É TAMBÉM RESPONSÁVEL TÉCNICO DA(S) SEGUINTE(S) FIRMA(S) OU EMPRESA(S): \* \* \* \* \*  
AGECOR ENGENHARIA LTDA ME





**BRS**

Consultoria e apoio em licitação

Primeiramente, vejamos as exigências do Edital, para comprovação na fase de HABILITAÇÃO, quanto ao Responsável Técnico das empresas licitantes:

#### 4 – Relativa à Qualificação Técnica:

4.1 – Certificado de Registro de Pessoa Jurídica, emitido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA). O Certificado deverá estar dentro do prazo de validade;

4.2 – Atestado(s) de capacidade técnica, detalhado(s), fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da respectiva certidão para fins de licitação do CREA, que comprove haver o licitante (pessoa jurídica) executado e fornecido, com bom desempenho, serviços com características semelhantes ao objeto desta licitação;

4.2.1 – Serão aceitos, na licitação, tão somente, atestados de capacitação técnico-operacional emitidos em nome da empresa licitante. Caso tenha havido alteração na razão social, e o atestado de capacidade técnica tenha sido com o nome anterior da empresa, esta deverá anexar à documentação cópia da respectiva alteração contratual, devidamente autenticada pela Junta Comercial.

4.3 – Declaração da empresa licitante, conforme modelo constante do Anexo IX, indicando um profissional como responsável técnico pelo objeto desta licitação, assinado em conjunto pelo representante legal da empresa e pelo responsável técnico indicado, acompanhado da(s) respectiva(s) certidão(ões) do CREA, comprovando responsabilidade técnica por serviço(s) com características semelhante(s) ao objeto deste Edital;

4.3.1 – O profissional apresentado na declaração deve estar indicado no Certificado de Registro de Pessoa Jurídica (subitem 4.1);

4.3.2 – Para comprovação de capacidade técnico-profissional, será considerado como itens de relevância as atividades discriminadas a seguir:

- Execução de instalações de sistemas de Prevenção e combate a incêndio (Salientamos que o engenheiro R.T deverá ter cadastro ativo junto CBMMG);
- Execução de serviços de pintura;
- Execução de instalações elétricas;
- Execução de instalações de cabeamento estruturado.

4.3.3 – Os itens de relevância exigidos como **capacidade técnico-profissional** não precisam constar simultaneamente em uma mesma obra. Será admitida a apresentação de mais de um atestado que, separadamente, comprovem a experiência requerida do profissional em cada um dos serviços.



**BRS**

Consultoria e apoio em licitação

Vemos portanto, que exige-se a apresentação de uma Declaração da empresa licitante, indicando um profissional como responsável técnico pelo objeto desta licitação, vejamos a declaração apresentada pela empresa recorrida:



**ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO PROFISSIONAL**

Processo Licitatório nº 33/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia, com fornecimento de mão de obra e materiais, em edificação do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte.


A empresa SUPERENGE SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ 11.184.198/0001-27 situada na RUA DIANA, 643 A BAIRRO ANA LUCIA, SABARÁ/MG, licitante participante do processo licitatório supracitado compromete-se a manter, caso seja a vencedora na licitação, como responsável pelo gerenciamento dos serviços objeto desta licitação, até a sua conclusão, o profissional GABRIEL GINALDO VIEIRA, CREA nº 71892D, que está sendo apresentado através desta Declaração.

Declara-se ciente de que a substituição do referido profissional, somente será possível se previamente autorizada pela Procuradoria Geral de Justiça, desde que aceita a justificativa apresentada e que o(a) substituto(a) atenda, também, a todos os requisitos exigidos.

Atenciosamente,

Belo Horizonte, 09 de outubro de 2019

  
516.563.276.00  
Marcos Ferreira dos Reis

  
Gabriel Ginaldo Vieira  
033.858.115.36

SUPERENGE SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO EPP | Rua Diana, 643 A - Bairro Ana Lucia - Sabará - MG CEP: 34710-210 Telefone: (31) 3466-5371 - www.superenge.com.br



**BRS**

Consultoria e apoio em licitação

Pois bem, a declaração assinada pelo Sócio da empresa e pelo Engenheiro Civil foi apresentada conforme exigência do Edital. Ou seja, o Engenheiro Civil, Senhor Gabriel Ginaldo Vieira, tem ciência que, caso a empresa SUPERENGE SERVICOS E CONSTRUCAO LTDA, vença a licitação, o mesmo será o Responsável Técnico da obra licitada.

Além disso, o Edital em momento algum solicita a apresentação de Vínculo entre o Engenheiro e a empresa no momento da habilitação, apenas solicita que o nome do engenheiro conste como Responsável Técnico da empresa na Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Jurídica e isso a empresa recorrida apresentou.

O Edital apenas exige a apresentação do Vínculo entre o Engenheiro e a empresa no momento da assinatura do Contrato, ou seja, depois que a empresa for declarada vencedora do certame, vejamos:

<b>13 - PRAZO DE ENTREGA / EXECUÇÃO E PRAZO DE SUBSTITUIÇÃO / REFAZIMENTO:</b>
--

**Prazos de Entrega / Execução:**

13.1 - Prazo de Entrega da Documentação: a Contratada deverá apresentar, em no máximo 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da "Ordem de Serviço- Documentação" enviada pela Contratante:

- O cronograma físico-financeiro para execução dos serviços, conforme modelo fornecido pela Contratante, elaborado e assinado por engenheiro registrado no Conselho de Classe Competente, a ser submetido à aprovação da Superintendência de Engenharia e Arquitetura da Contratante;
- ART da execução dos serviços, devidamente quitada, em nome do Responsável Técnico e dos engenheiros da equipe de apoio; bem como o comprovante de vínculo profissional do encarregado de obras e do técnico de segurança do trabalho, que demonstre experiência em serviços semelhantes. A comprovação de vínculo profissional poderá se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços;
- Comprovação de experiência dos profissionais da equipe de apoio, conforme item 9.

OBS.: A "Ordem de Serviço-Execução" somente será liberada após a entrega dos documentos relacionados acima.





**BRS**

Consultoria e apoio em licitação

Portanto, vemos que, a exigência de do Vínculo entre o Engenheiro e a empresa, se dá apenas no momento da assinatura do contrato, não sendo, critério de habilitação da empresa.

Ante o exposto, não há o que se falar em inabilitação da empresa pelo fato de ter apresentado um contrato de prestação de serviços com o Engenheiro que não contém a carga horária exigida, visto que, essa não é uma exigência para a habilitação das empresas licitantes.

Além do mais, a empresa recorrida pode a qualquer momento realizar um termo aditivo ao contrato de prestação de serviços com o Engenheiro alterando a sua carga horária, até porque o próprio engenheiro já afirmou em declaração que está ciente de sua Responsabilidade Técnica, caso a empresa recorrida vença a presente licitação.

Com relação a alegação de que o Engenheiro Gabriel, também é Responsável Técnico de outra empresa, por parte da recorrente, não há dúvidas de que não há qualquer ilegalidade.

Vejamos a Resolução n.º 247, de 16/04/1977 do COFEA:

*“Art. 13 – Um profissional pode ser responsável técnico por uma única pessoa jurídica, além da sua firma individual, quando estas forem enquadradas por seus objetivos sociais no artigo 59 da Lei 5.194/66 e caracterizadas nas classes A, B e C do artigo 1º desta Resolução.*

*Parágrafo único – Em casos excepcionais, desde que haja compatibilização de tempo e área de atuação, poderá ser permitido ao profissional, a critério do Plenário do Conselho Regional, ser o responsável técnico de até 03 (três) empresas no máximo, além da sua firma individual”.*



**BRS**

Consultoria e apoio em licitação

Vemos que, o mesmo Engenheiro pode ser Responsável Técnico de até três empresas, ao mesmo tempo. Portanto não há qualquer ilegalidade na afirmativa e fundamentação da empresa recorrente.

Portanto, vemos que, o recurso interposto pela **M&C ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**, é meramente protelatório, não havendo nenhuma fundamentação ou comprovação de que a **SUPERENGE SERVICOS E CONSTRUCAO LTDA**, deva ser declarada inabilitada, pelo contrário, a recorrida deve ser mantida habilitada para prestar os serviços licitados, tendo em vista que, apresentou corretamente os documentos de habilitação.

Ante o exposto, com base nos fundamentos legais e nos princípios que norteiam as licitações, deve o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, declarar o recurso interposto improvido.

### **3.3. DO RECURSO INTERPOSTO PELA EMPRESA TERRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP:**

A empresa **TERRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP**, interpôs recurso afirmando que sua inabilitação foi injusta e requereu que o Presidente da Comissão de Licitação, revogasse o ato que a declarou inabilitada para que fosse declarada habilitada, vejamos trecho do Recurso:

#### ***II – AS RAZÕES DA REFORMA***

As razões da inabilitação, não resiste a leitura dos comandos do Edital e a documentação apresentada pela recorrente e à finalidade que se destina a exigência em questão.

Equívocou-se a comissão a afirmar que a empresa indicou somente o engenheiro civil José Roberto Sobreira Silva Araujo como responsável técnico para o objeto desta licitação, pois se o fosse, não justificaria a inclusão no processo licitatório da documentação CAT do engenheiro eletricista Rogério Roldi Rodrigues, que é profissional habilitado para execução das instalações de cabeamento estruturado, pertencente ao quadro técnico da empresa e será responsável técnico por estas instalações, e visto que o mesmo não constou na declaração porque o item 4.3 do Edital pede para indicar “UM” profissional como responsável técnico pelo objeto desta licitação, desta forma atendendo os requisitos do edital.

Outro fato que nos causou estranheza foi o fato de inabilitar tecnicamente a licitante, pelo simples fato de não possuir cadastro ativo junto ao CBMMG, sendo que na certidão 003.267/08, folha 02/04, transcrita abaixo, comprova que a licitante ter a capacidade técnica necessária para execução de projetos e instalações de sistemas de Prevenção e Combate a incêndio, a qual executou uma obra para Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais, sob jurisdição do CBMMG, que teve como requisito para sua entrega definitiva a emissão do AVCB, portanto implicitamente, está apta tecnicamente junto CBMMG.

**BRS**

Consultoria e apoio em licitação

-----  
PROFISSIONAL:

NOME : JOSE ROBERTO SOBREIRA SILVA ARAUJO  
TITULO : ENGENHEIRO CIVIL  
REGISTRO : 0400000069215  
ATRIBUIÇÕES:  
ARTIGO 7 DA RESOLUÇÃO 219 DE 29.06.73, DO CONFEA.  
ARTIGOS 28 E 29 DO DECRETO FEDERAL 23.569 DE 11  
DE DEZEMBRO DE 1933.

CONTRATADA : TERRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

REGISTRO: 029175

NRO DA ART: 1-4003938100 DATA ANOTACAO : 23/10/2006 DATA BAIXA : 21/07/2007

MOTIVO DA BAIXA : CONCLUSAO DE OBRA/SERVICO

CONTRATANTE : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRA  
LOCAL DA OBRA/SERVICO : RUA JOSE SANTANA 503 CENTRO  
PROPRIETARIO : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRA  
CIDADE : PATOS DE MINAS - MG  
ATIVIDADE(S) TECNICA(S):  
2644 EXECUCAO DE OBRA/SERV.TECNICO / CIVIL  
4347 PROJETO / HIDRO/SANITARIO  
2447 EXECUCAO DE INSTALACAO / HIDRO/SANITARIO  
4381 PROJETO / TELEFONIA  
2451 EXECUCAO DE INSTALACAO / TELEFONIA  
4350 PROJETO / PREVENCAO INCENDIO  
2450 EXECUCAO DE INSTALACAO / PREVENCAO INCENDIO  
4357 PROJETO / ELETR./BAIXA TENSÃO C/I < 50KV  
2457 EXECUCAO DE INSTALACAO / ELETR./BAIXA TENSÃO C/I < 50KV  
4343 PROJETO / CALCULO ESTRUTURAL

FINALIDADE : 34500 CONST MISTA D/ FINS COMERCIAIS  
QUANTIFICACAO : 1.270,98 METROS QUADRADOS  
VALOR OBRA / SERVICO : R\$ 900.547,25  
CONTRATO/HONORARIOS : R\$ 0,00  
TIPO DE CONTRATO : EMPREITADA  
DESCRICAO COMPLEMENTAR: CONCLUSAO DA OBRA DE REFORMA E AMPLIACAO  
DA AC / CDD PATOS DE MINAS

-----  
Para melhor elucidação dos fatos, vejamos o como se pede no Edital:

4.3.2 – Para comprovação de capacidade técnico-profissional, será considerado como itens de relevância as atividades discriminadas a seguir:

- Execução de instalações de sistemas de Prevenção e combate a incêndio (Salientamos que o engenheiro R.T deverá ter cadastro ativo junto CBMMG);

Como se vê, no edital pede-se que o R.T deverá ter cadastro ativo junto CBMMG, tempo verbal futuro do presente, ou seja, uma condição futura para execução dos serviços, que será atendida, quando logarmos vencedores do certame, com um simples requerimento, acompanhado de documentos e pagamento de taxa, visto que já cumprimos os requisitos de capacitação técnica, em obras semelhantes e já temos cadastro no INFOSCIP do CBMMG desde 26/02/2014 como se vê a seguir:



**BRS**

Consultoria e apoio em licitação

**INFOSCIP**  
INFORMAÇÃO E REGISTRO DE SERVIÇOS E PESSOAS

Cadastro de Pessoa Física

**BOMBEIRO MILITAR**  
DEPARTAMENTO DE BOMBEIROS

A pessoa física informada possui projeto(s) cadastrado(s).

12-01-2019 10:00

**Conselho Profissional**

CPF

Nome

Especialização

Logradouro

Número

Bairro

CEP

Telefone

Situação

**Número Conselho**

RG

Complemento

Município

UF

E-mail

Data Inclusão

Atualizar com o CREA/CAU

INFOSCIP - VERSÃO 12.00.00

31/01/2019 09:00:00

A Licitação, consabido, constitui-se num procedimento administrativo tendente a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública na contratação de obras e serviços. Por óbvio, quanto mais participantes houver, mais e melhores serão as possibilidades da Administração firmar contratos que melhor atendam os seus interesses, e de consequência, o interesse público.

Em razão disto, os administradores públicos não podem se deixar levar por rigorismos inúteis e preciosismos técnicos, pois que apenas retardam e oneram o processo de seleção.

Com a habitual precisão, Hely Lopes Meirelles ensina que:

"A orientação correta nas licitações é a dispensa de rigorismos inúteis e a não exigência de formalidades e documentos desnecessários à qualificação dos interessados em licitar [...] É um verdadeiro estrabismo público, que as autoridades superiores precisam corrigir, para que os burocratas não persistam nas suas distorções rotineiras de complicar aquilo que a legislação já simplificou [...] Os administradores públicos devem ter sempre presente que o formalismo inútil e as exigências de uma documentação custosa afastam muitos licitantes e levam a Administração a contratar com uns poucos, em piores condições para o Governo" (ob. cit. p. 121 - grifos nossos).

Oportuno, a propósito, invocar a decisão abaixo, proferida pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, cujo orientação deveria ser seguida no julgamento do presente recurso, *verbis*:



**BRS**

Consultoria e apoio em licitação

"Visa a concorrência a fazer com que o maior número de licitantes se habilitem para o objetivo de facilitar aos órgãos públicos a obtenção de coisas e serviços mais convenientes a seus interesses. Em razão desse escopo, exigências demasiadas e rigorismos inconstitucionais com a boa exegese da lei devem ser arredados. Não deve haver nos trabalhos nenhum rigorismo e na primeira fase da habilitação deve ser de absoluta singeleza o procedimento licitatório" (in RDP 14/240).

Diversos são os procedimentos licitatórios que contaram com a participação da Recorrente, e quando proclamada vencedora, ela cumpre fielmente o contrato administrativo.

A empresa **TERRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP** não comprovou que seu engenheiro possui registro no **CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DE MINAS GERAIS**, conforme solicitado no item 4.3.2 do Anexo III, do Edital, vejamos:

4.3.2 – Para comprovação de capacidade técnico-profissional, será considerado como itens de relevância as atividades discriminadas a seguir:

- Execução de instalações de sistemas de Prevenção e combate a incêndio (Salientamos que o engenheiro R.T deverá ter cadastro ativo junto CBMMG);
- Execução de serviços de pintura;
- Execução de instalações elétricas;
- Execução de instalações de cabeamento estruturado.

Portanto, é muito simples perceber que a empresa **TERRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP** descumpriu exigência editalícia e portanto deve continuar declarada inabilitada, sob pena de descumprimento dos Princípio da Legalidade e da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

Os dispositivos do Edital devem ser fielmente exigidos pelo Presidente da Comissão no momento da conferência dos documentos de habilitação da empresa, haja vista, ser o Edital a Lei maior no momento da sessão.





**BRS**

Consultoria e apoio em licitação

Com base no art. 3º, caput, da Lei Federal n.º 8.666/1993, podemos identificar como princípios jurídicos que são aplicáveis às licitações: **LEGALIDADE; IMPESSOALIDADE; MORALIDADE; IGUALDADE; PUBLICIDADE; PROBIDADE ADMINISTRATIVA; VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO; E JULGAMENTO OBJETIVO.** Vejamos:

*“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e **julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade**, da impessoalidade, da moralidade, **da igualdade**, da publicidade, da probidade administrativa, **da vinculação ao instrumento convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.” (Grifos nossos)*

Boa parte desses preceitos já se encontra consubstanciada no art. 37 da Constituição Federal. Vejamos:

*“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de **legalidade**, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...).”*

Os princípios são regras que servem de interpretação das demais normas jurídicas, apontando os caminhos que devem ser seguidos pelos aplicadores da lei. Os princípios procuram eliminar lacunas, oferecendo coerência e harmonia para o ordenamento jurídico.

O **PRINCÍPIO DA LEGALIDADE** representa uma garantia para os administrados, pois, qualquer ato da Administração Pública somente terá validade se respaldado em lei, em sua acepção ampla. Representa um limite para a atuação do Estado, visando à proteção do administrador em relação ao abuso de poder.



**BRS**

Consultoria e apoio em licitação

O **Princípio da Legalidade** é uma das maiores garantias para os gestores frente o Poder Público. Ele representa total subordinação do Poder Público à previsão legal, visto que, **os agentes da Administração Pública devem atuar sempre conforme a lei**. Como leciona Hely Lopes Meirelles<sup>3</sup>:

*“A legalidade, como princípio de administração, significa que o administrador público está, em toda sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei, e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso. Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza”.*

A Legalidade é intrínseca a ideia de Estado de Direito, pensamento este que faz que ele próprio se submeta ao direito, fruto de sua criação, portanto esse é o motivo desse princípio ser tão importante, um dos pilares do ordenamento. É na legalidade que cada indivíduo encontra o fundamento das suas prerrogativas, assim como a fonte de seus deveres. A administração não tem fins próprios, mas busca na lei, assim como, em regra não tem liberdade, escrava que é do ordenamento.

Já o **PRINCIPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**, prevê que o edital, torna-se lei entre as partes, assemelhando-se a um contrato de adesão cujas cláusulas são elaboradas unilateralmente pelo Estado. Este mesmo princípio dá origem a outro que lhe é afeto, qual seja, o da inalterabilidade do instrumento convocatório.

Não faz sentido que a Administração fixe um determinado procedimento e forma no edital e que, na hora da análise, quer da documentação, quer das propostas ou mesmo da forma pré-estabelecida para a sua entrega, venha a admitir que se contrarie o exigido.

<sup>3</sup> MIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 30. Ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

**BRS**

Consultoria e apoio em licitação

A Administração Pública, ao realizar a licitação, portanto, tem o dever de observar todos os princípios elencados pela Lei, assim como os que lhe são correlatos e os princípios próprios da Administração Pública, sob pena de não alcançar o objetivo de preservação da isonomia e garantia da proposta mais vantajosa, na busca do melhor interesse público.

Cabe lembrar que a atividade administrativa, pelo princípio da legalidade, deverá se subordinar sempre aos parâmetros de ação fixados pela Lei. Assim, enquanto o particular tem a liberdade de fazer tudo aquilo que a lei não proíbe, a Administração Pública somente tem permissão de fazer aquilo que a lei lhe autoriza.

Nesse contexto, entende-se que a empresa recorrente descumpriu exigência estabelecida no Edital, não apresentando documento solicitado no instrumento convocatório, que comprove que não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, devendo portanto, ser mantida sua **INABILITAÇÃO**, na forma prevista no edital com fulcro na lei.

Caso não haja a observância aos ditames aqui narrados, a validade do processo de licitação fica comprometida, tornando-o vulnerável à sua desconstituição por razões de juridicidade pela autoridade administrativa ou judicial competente. Não é outra a lição de Celso Antônio BANDEIRA DE MELLO:

**“Violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma qualquer.** A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido, porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais, contumélia irremissível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra”. (Grifos nossos).

Assim, dentre as principais garantias, pode-se destacar a **vinculação da Administração ao edital que regulamenta o certame licitatório**. Trata-se de uma





**BRS**

Consultoria e apoio em licitação

segurança para o licitante e para o interesse público, extraída do princípio do procedimento formal, que determina à Administração que observe as regras por ela própria lançadas no instrumento que convoca e rege a licitação.

Segundo Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União:

“O instrumento convocatório é a lei do caso, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei de Licitações, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei que dispõe que “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. (Grifos nossos)

Ainda sobre a vinculação ao edital, Marçal Justen Filho afirma que:

“Quando o edital impuser comprovação de certo requisito não cogitado por ocasião do cadastramento, será indispensável a apresentação dos documentos correspondentes por ocasião da fase de habilitação”. (Grifos nossos)

Como exemplo de violação ao referido princípio, o referido autor cita a não apresentação de documento exigido em edital e/ou a apresentação de documento em desconformidade com o edital (como documento enviado por fac-símiles em apresentação dos originais posteriormente).

Neste sentido é a lição de José dos Santos Carvalho Filho:

“A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial.



*O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração.*

*E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa.*

*Se o instrumento de convocação, normalmente o edital tiver falha, pode ser corrigido, desde que oportunamente, mas os licitantes deverão ter conhecimento da alteração e a possibilidade de se amoldarem a ela.*

**Vedado à Administração e aos licitantes é o descumprimento das regras de convocação, deixando de considerar o que nele se exige, como, por exemplo, a dispensa de documento ou a fixação de preço fora dos limites estabelecidos.** *Em tais hipóteses, deve dar-se a desclassificação do licitante, como, de resto, impõe o art. 48, I, do Estatuto.” (Grifos nossos)*

O **TRF1** também já decidiu que a Administração deve ser fiel ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório (AC 199934000002288):

**“Pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório, a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”** (Lei nº 8.666/93, art. 3º, 41 e 43, I). **O edital é a lei da licitação.** *A despeito do procedimento ter suas regras traçadas pela própria Administração, não pode esta se furtar ao seu cumprimento, estando legalmente vinculada à plena observância do regramento”.*

Por fim, para além dos tribunais judiciais, mister trazer à baila a posição do **TCU – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**, sobre a matéria aqui discutida. Há centenas de acórdãos do TCU que tratam da vinculação ao edital, com orientação alinhada àquela apresentada neste parecer e que podem ser sintetizadas na recomendação apresentada pelo tribunal no Acórdão 483/2005:

**“Observe com rigor os princípios básicos que norteiam a realização dos procedimentos licitatórios, especialmente o da vinculação ao**

instrumento convocatório e o do julgamento objetivo, previstos nos artigos 3º, 41, 44 e 45 da Lei nº 8.666/1993". (Grifos nossos).

Decisões recentes reforçam essa posição do TCU, como se constata no sumário dos acórdãos a seguir transcritos:

**"Acórdão 4091/2012 - Segunda Câmara**

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO. EXIGÊNCIA DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA EM PERCENTUAL MÍNIMO DE 50% PARA TODOS OS ITENS LICITADOS. ILEGALIDADE. ACEITAÇÃO DE ATESTADOS DOS VENCEDORES EM DESACORDO COM O PRÓPRIO EDITAL. MALFERIMENTO DOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. APLICAÇÃO DE MULTA AOS RESPONSÁVEIS. DETERMINAÇÕES. PEDIDO DE REEXAME. CONHECIMENTO. NEGATIVA DE PROVIMENTO."

**"Acórdão 966/2011 - Primeira Câmara**

REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM PREGÃO ELETRÔNICO. CONSTATAÇÃO DE ALGUMAS FALHAS RELACIONADAS À INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. DETERMINAÇÃO."

Assim, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração e o licitante a observarem as regras e condições previamente estabelecidas no edital.

Como bem destaca Fernanda Marinela, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório leva à assertiva de que o edital é a lei interna da licitação:

"Como princípio específico da licitação, tem-se a vinculação ao instrumento convocatório. O instrumento, em regra, é o edital que deve





*definir tudo que é importante para o certame, não podendo o Administrador exigir nem mais nem menos do que está previsto nele.*

**Por essa razão, é que a doutrina diz que o edital é lei interna da licitação, ficando a ele estritamente vinculada, conforme previsto no art. 41 da lei.** (Grifos nossos)

Conclui-se, pois, que a **Administração Pública, no curso do processo de licitação, não pode se afastar das regras por ela mesma estabelecida no instrumento convocatório**, pois, para garantir segurança e estabilidade às relações jurídicas decorrentes do certame licitatório, bem como para se assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, é necessário observar estritamente as disposições constantes do edital ou instrumento congênere.

Ensina-nos Celso Antônio Bandeira de Mello<sup>4</sup> que atos discricionários são "*os que a Administração pratica com certa margem de liberdade de avaliação ou decisão segundo critérios de conveniência e oportunidade formulados por ela mesma, ainda que adstrita à lei reguladora da expedição deles*".

No decorrer da licitação, que é voltada a uma finalidade específica, qual seja, a seleção da proposta mais vantajosa ao interesse público, o órgão julgador responsável pela condução dos trabalhos e processamento de todo o certame, seja ele comissão de licitação ou pregoeiro, poderá, por vezes, deparar-se com dificuldades para tomada de decisões em face de questões incidentais ou até mesmo de obscuridades.

**No caso em tela, deve a Administração, pautar sua decisão com base na exigência fixada nos itens do Instrumento Convocatório, de modo que, conforme vemos, está exigência, foi realizada pela própria administração pública licitante, em um instrumento convocatório do qual ela mesma encontra-se estritamente vinculada, não tendo agora, a opção de contrariar o que ela mesma exigiu.**



<sup>4</sup> Mello, Celso Bandeira de, Curso de Direito Administrativo, p. 267





**BRS**

Consultoria e apoio em licitação

Portanto, deve a Administração manter a declaração de INABILITAÇÃO, da empresa TERRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP, por não atender as exigências do Edital com relação a documentação de habilitação, sob pena de descumprimento da Lei e dos Princípios que regem o procedimento licitatório.

Interposto de forma tempestiva, sustenta-se em alegações recursais o cabimento legal devidamente fundamentado nas contrarrazões, expondo os descumprimentos arrolados durante a realização do certame e requer que as exigências edilícias sejam cumpridas pelo direito de petição face as contrarrazões interpostas.

#### IV – DO DIREITO PLENO AS CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

##### 4.1. Da Legitimidade para contra razoar

Preliminarmente, veja-se que, a empresa recorrida – SUPERENGE SERVICOS E CONSTRUCAO LTDA, tem legitimidade para contra razoar os recursos administrativos apresentados pelas empresas M&C ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA e TERRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP na condição de licitante que teve sua proposta comercial CLASSIFICADA, e foi DEVIDAMENTE habilitada no certame, por ter atendido todas as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

Portanto, a CONTRARRAZOANTE é uma empresa séria, que, buscando uma participação idônea no certame, preparou sua documentação e propostas em rigorosa conformidade com as exigências do edital, provando sua plena qualificação para participação, tendo sido, portanto, considerada vencedora e habilitada ao certame.

A recorrente sustenta em suas alegações recursais que o equipamento ofertado pela empresa declarada vencedora, não atende as exigências do Edital, porém, conforme provamos nessa peça de contrarrazões recursais as alegações da empresa recorrente são descabidas e infundamentadas.

Vale dizer que o Edital, destinado a normatizar o desenvolvimento e o regime da futura relação contratual, deve estabelecer as condições a serem preenchidas pelos licitantes para a participação no certame, indicando os elementos a serem apresentados para a demonstração de seu atendimento. Importante frisar que o Edital autoriza a participação da empresa através de Instrumento de Procuração Pública ou Particular.

Diante do exposto e, buscando atender a celeridade e eficiência na Administração Pública, o Presidente da Comissão amparado na legislação aplicável, e em princípios basilares da licitação, **deve sustentar o resultado da licitação mantendo a HABILITAÇÃO e a da empresa SUPERENGE SERVICOS E CONSTRUCAO LTDA e a INABILITAÇÃO da empresa TERRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP, razão pela qual, requeremos a improcedência total dos recursos apresentados.**

Isto porque, se por um lado observa-se respeito ao direito ao recurso como espécie do gênero direito de petição, por outro, necessário destacar-se a técnica segundo a qual o mesmo fora apresentado. Os argumentos declinados pela Recorrente tem lastro exclusivamente fático, sem nenhum respaldo legal a amparar os fundamentos apresentados.

#### **V – DO PEDIDO**

Diante ao exposto, tendo em vista que a contrarrazoante atendeu a todos os requisitos exigidos no **PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 033/2019**, ante aos fatos narrados e as razões de direito aduzidas na presente peça, **REQUER que sejam conhecidas as presentes CONTRARRAZÕES e declarada a total improcedência dos Recursos, através do indeferimento do pleito das empresas recorrentes M&C ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA e TERRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP**, por ausência de fundamentação legal ou jurídica que possam conduzir a reforma da decisão proferida pelo Presidente da Comissão.





**BRS**

Consultoria e apoio em licitação

Isto posto, requer-se seja mantida a decisão que houve por bem declarar a contrarrazoante habilitada no certame, por atender expressamente as exigências do edital e da legislação, em atendimento ao disposto no artigo 3º da Lei Federal n.º 8.666/93.

Em caso de prosperar outro entendimento por parte deste Digno Presidente da Comissão de Licitação, requer seja o presente encaminhado à apreciação da autoridade superior do órgão licitante, para que, em última análise, decida sobre seu mérito, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei Federal n.º 8666/93.

Sejam providas, em todos os seus termos, as presentes contrarrazões, e por isso mesmo atendidos os seus pedidos, como forma de imposição e prevalência da lei, da doutrina e dos princípios da moralidade administrativa, a publicidade, a legalidade e a ampla defesa.

Por fim, seja devidamente motivada a decisão tomada, caso se entenda pelo provimento do Recurso, devendo o julgador apontar os fundamentos de direito e de fato, conforme determinado pelo Princípio da Motivação dos Atos e Decisões Administrativas.

Termos em que pede e aguarda deferimento.

**Belo Horizonte, em 11 de novembro de 2019.**

**SUPERENGE SERVICOS E CONSTRUCAO LTDA**

**LUANA CAROLINE ANDRADE COSTA**

**Representante Legal**

*Luana Caroline A. Costa*

**OAB MG 164-094**

**- ANEXO I - DOC. 1 – REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL –**



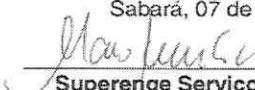
**PROCURAÇÃO**

Pelo presente instrumento particular de Procuração **SUPERENGE SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO LTDA**, CNPJ: 11.184.198/0001-27, sediada na Rua Diana, nº 643 A, Bairro Ana Lúcia no município de Sabará, no Estado de Minas Gerais, CEP: 34.710-210, neste ato representada pelo seu sócio-proprietário, Sr. **Marcos Ferreira dos Reis** inscrito no CPF nº 816.563.276-00 e portador da carteira de identidade nº MG4396298 expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, Brasileiro, Vendedor, Casado, residente na Rua Potomaio, nº 973 A Bairro São Geraldo no município de Belo Horizonte no Estado de Minas Gerais, CEP: 31.050-270 nomeia e constitui seus bastantes Procuradores os **Srs. FABRÍCIO ANTONIO ANTUNES**, brasileiro, empresário, casado, inscrito no CPF sob o nº. 838.493.606-44, e portador da carteira de identidade M-6.359.577 expedida pela SSP/MG, com endereço profissional na Av. Nossa Senhora de Fátima, nº 2576, Bairro Carlos Prates no município de Belo Horizonte no Estado de Minas Gerais, CEP 30.710-020, a **Sra. AMANDA XAVIER RIBEIRO**, brasileira, casada, empresária, portadora da carteira de identidade nº M-8.537.928 expedida pela SSP/MG, inscrita no CPF sob o nº 038.287.856-62 com endereço profissional na Av. Nossa Senhora de Fátima, nº 2576, Bairro Carlos Prates no município de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, CEP: 30.710-020, e o **Sr. MARCOS ANTONIO GUERRA JUNIOR**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da carteira de identidade nº M-8.329.025, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 035.405.466-00 com endereço profissional na Av. Nossa Senhora de Fátima, nº 2576, Bairro Carlos Prates, no município de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, CEP 30.710-020, a quem confere amplos poderes para representar a empresa supracitada diante das empresas do SISTEMA S, ONG's e OSCIP's, Órgãos Públicos da Administração Direta, em todas as esferas do poder, da Administração Pública Indireta: Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Fundações Públicas e Instituições, Empresas Privadas, Conselhos Regionais, podendo tomar quaisquer decisões durante todas as fases da licitação, inclusive assinar e apresentar proposta de preço, assinar quaisquer declarações, formular verbalmente lances, manifestar a intenção de interpor recurso, desistir expressamente da intenção de interpor recurso, assinar a Ata da Sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo pregoeiro e/ou presidente da Comissão Permanente e Especial de Licitação, assinar recursos, contrarrazões, ofícios, notificações, defesas, contratos, atas, denúncias, decidir sobre prorrogações de prazo, reequilíbrio econômico-financeiro, reajustes e quaisquer manifestação e pedidos referente aos processos licitatórios, manifestar perante o Ministério Público Estadual ou Federal, Tribunais de Conta, Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e demais órgãos fiscalizadores dos Processos Licitatórios, bem como prestar esclarecimentos a estes, em nome da outorgante. Enfim, praticar todos os atos pertinentes ao cumprimento do processo licitatório e ligados a ele em nome da outorgante, podendo ainda, qualquer um dos procuradores acima, substabelecer em parte ou todo, os poderes conferidos neste instrumento.

Por ser verdade, firmo a presente procuração para que se produzam os efeitos legais.

Validade 06 meses após esta data

Sabará, 07 de outubro de 2019.

  
**Superenge Serviços e Construção Ltda.**  
CNPJ: 11.184.198/0001-27  
**Marcos Ferreira dos Reis/ CPF nº 816.563.276-00**

SUPERENGE SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO EPP | Rua Diana, 643 A - Bairro Ana Lucia - Sabará - MG CEP: 34710-210 Telefone: (31) 3466-5371 - [www.superenge.com.br](http://www.superenge.com.br)






**BRS**

Consultoria e apoio em licitação

 **CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIAO**  
Av. Contagem, 1824 - Lt. 91 - St. Ana Lúcia - Cid. Gerv. de Brito | 31060-000 Sabará - MG - Tel. (31) 3460-0800

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de **MARCOS FENREIRA DOS REIS**.  
Sabará - MG, 14/10/2019  
Por fe. Em testemunho 14/10/2019 da verdade.  
**TATIANA GONÇALVES DE JESUS - ESCRIVENTE AUTORIZADA**  
EVL. 5,00 REC. 0,30 ITN 1,65 ISS 0,10 TOTAL: 7,05

  
**Selo de fiscalização**  
RECONHECIMENTO DE FIRMA  
CUC 71029

**BRS**

Consultoria e apoio em licitação

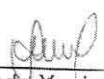


## SUBSTABELECIMENTO DE PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento de substabelecimento, eu **AMANDA XAVIER RIBEIRO**, brasileira, solteira, empresária, portadora da carteira de identidade nº M-8.537.928 expedida pela SSP/MG, inscrita no CPF sob o nº 038.287.856-62 com endereço profissional na Av. Nossa Senhora de Fátima, nº 2576, Carlos Prates em Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP: 30.710-020, **SUBSTABELEÇO** à Sra. **Luana Caroline Andrade Costa**, brasileira, casada, advogada, portadora da carteira de identidade nº MG-16.945.418 expedida pela SSP/MG e inscrita no CPF sob o nº 103.629.346-73, todos os poderes que me foram outorgados pela empresa **SUPERENGE SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO LTDA**, inscrita sob CNPJ de nº. 11.184.198/0001-27, sediada na Rua Diana, 643 – Bairro Ana Lúcia, no município de Sabará, Estado de MINAS GERAIS, CEP: 34.710-210, para representar a empresa diante das empresas do SISTEMA S, tais como SENAC, SESC, SENAI, SESI, SEBRAE, SESCOOP, SENAR, e as demais, ONG's e OSCIP's, e também a Administração Pública Direta e Indireta, Autarquias, Empresas Privadas, Conselhos Regionais, podendo tomar quaisquer decisões durante todas as fases da licitação, inclusive assinar e apresentar proposta de preço, assinar declaração de atendimento aos requisitos de habilitação e outras declarações, formular verbalmente lances, manifestar a intenção de interpor recurso, desistir expressamente da intenção de interpor recurso, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo pregoeiro e presidente da Comissão Permanente de Licitação, assinar recursos, contrarrazões, contratos, atas de registro de preço, assinar denúncias e representações e outros documentos necessários referente aos processos licitatórios, provocar os órgãos fiscalizadores do processo licitatório em nome da empresa, enfim, praticar todos os atos pertinentes ao cumprimento do processo licitatório em nome da outorgante.

Por ser verdade, firmo a presente procuração para que se produzam os efeitos legais.

Belo Horizonte, 01 de novembro de 2019.

  
Amanda Xavier Ribeiro  
Procuradora



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Serviço Notarial do 8º Ofício de Belo Horizonte

Rua Curitiba, 1665 - Lourdes - BH - MG - Tel: (31) 3279-6200

Reconheço por SEMELHANÇA a assinatura de:

AMANDA XAVIER RIBEIRO

Belo Horizonte, 04/11/2019, 10:44:55. Em testemunho da verdade

Escritor Sueli Rodrigues de Souza. Escritor N° 196339655

Selo Eletrônico N°: DES04252

Cod Segurança: 0865.4449.3125.9143

Quantidade de Atos Praticados: 00001

MDL 5,00 - TFPJ 1,60 - TC 0,00 - ISS 0,28 - TOTAL 7,20

Consulte a validade do selo no site <https://selos.tjmg.jus.br/>



N° DA  
ETIQUETA  
AAFD42566





**BRS**

Consultoria e apoio em licitação

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO CIVIL MG-8.537.928 DATA DE EMISSÃO 23/02/2015

NOME AMANDA XAVIER RIBEIRO

ARMANDO DE ASSIS RIBEIRO  
LUCIMAR PEREIRA XAVIER RIBEIRO

NATURALIDADE PONTE NOVA-MG DATA DE NASCIMENTO 19/12/1977

ENDEREÇO BARRA LONGA-MG Nº 038287856-62

PIC-1847 LETÍCIA ALESSI WACHADO ROGEDO ASSINATURA DO DETETOR 2 VIA

LEI N. 7.16 DE 29/08/83

**BRS**

Consultoria e apoio em licitação

**REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTERIO DAS CIDADES**  
**DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO**  
**CARTeira NACIONAL DE HABILITACAO**

**MG**

**NOME**  
LUANA CAROLINE ANDRADE COSTA

**DOC. IDENTIDADE / OPG. EMISSOR UF**  
MG16945418 SSP MG

**CPF**  
103.629.346-73

**DATA NASCIMENTO**  
28/11/1989

**FILIAÇÃO**  
JOSE ONOFRE COSTA  
MARTA APARECIDA  
ANDRADE COSTA

**PERMISSAO**  
☐

**ACC**  
☐

**CAT. HAB.**  
AB

**Nº REGISTRO**  
04478166332

**VALIDADE**  
13/02/2022

**1ª HABILITAÇÃO**  
10/10/2008

**OBSERVAÇÕES**

**ASSINATURA DO PORTADOR**

**LOCAL**  
ITAUNA, MG

**DATA EMISSAO**  
14/02/2017

**ASSINATURA DO EMISSOR**  
Ana Cláudia Oliveira Perry  
Diretora DETRAN/MG

**44461813232**  
**MG508249562**

**MINAS GERAIS**

**DENATRAN**



**VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**  
**1466175590**

**PROIBIDO PLASTIFICAR**  
**1466175590**



**BRS**

Consultoria e apoio em licitação

 Ministério da Economia Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais			Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)		
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio			
31208591881	2062				
1 - REQUERIMENTO					
ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais Nome: <u>SUPERENGE SERVICOS E CONSTRUCAO LTDA - EPP</u> (da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)					Nº FCN/REMP  MGP1900375406
requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:					
Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO	
1	002			ALTERACAO	
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)	
		2247	1	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL	
		2003	1	ALTERACAO DE SOCIO/ADMINISTRADOR	
SABARA Local 5 Julho 2019 Data			Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio: Nome: _____ Assinatura: _____ Telefone de Contato: _____		
2 - USO DA JUNTA COMERCIAL					
<input type="checkbox"/> DECISÃO SINGULAR			<input type="checkbox"/> DECISÃO COLEGIADA		
Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s): <input type="checkbox"/> SIM _____ _____ _____ <input type="checkbox"/> NÃO    / /    Data    Responsável			<input type="checkbox"/> SIM _____ _____ _____ <input type="checkbox"/> NÃO    / /    Data    Responsável		
			Processo em Ordem A decisão / /    Data Responsável		
DECISÃO SINGULAR			2ª Exigência    3ª Exigência    4ª Exigência    5ª Exigência <input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) <input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e arquivar-se. <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se. / /    Data    Responsável		
DECISÃO COLEGIADA			2ª Exigência    3ª Exigência    4ª Exigência    5ª Exigência <input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) <input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e arquivar-se. <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se. / /    Data    Vogal    Vogal    Vogal Presidente da _____ Turma		
OBSERVAÇÕES					



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais  
 Certifico registro sob o nº 7378271 em 09/07/2019 da Empresa SUPERENGE SERVICOS E CONSTRUCAO LTDA - EPP, Nire 31208591881 e protocolo 192840002 - 08/07/2019. Autenticação: D3E79BA0237219412BD339A240BAEC7594A249D. Mannely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/284.000-2 e o código de segurança pNF9. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/07/2019 por Mannely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

  
 Mannely de Paula Bomfim  
 Secretária-Geral

pág. 1/9

**BRS**

Consultoria e apoio em licitação



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/284.000-2	MGP1900375406	02/07/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
036.246.916-43	GEAN CLESIO MIRANDA GONCALVES
816.563.276-00	MARCOS FERREIRA DOS REIS

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7378271 em 09/07/2019 da Empresa SUPERENGE SERVICOS E CONSTRUCAO LTDA - EPP, Nire 31208591881 e protocolo 192840002 - 08/07/2019. Autenticação: D3E795A0237219412BD339A240BAEC7594A249D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/284.000-2 e o código de segurança pNF9. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/07/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.



pág. 2/9



**BRS**

Consultoria e apoio em licitação

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSOLIDADA DA  
SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA****SUPERENGE SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO LTDA  
CNPJ 11.184.198/0001-27  
Terceira alteração contratual**

**MARCOS FERREIRA DOS REIS**, brasileiro, casado em comunhão parcial de bens, Vendedor, natural de Belo Horizonte - MG, nascido aos 19/02/1970, portador da Carteira de Identidade nº MG-4.396.298 expedida pela SSP/MG e do CPF nº 816.563.276-00, residente e domiciliado à Rua Potumalo, nº 973, Bairro São Geraldo, Belo Horizonte - MG CEP 31.050-270 e **GEAN CLESIO MIRANDA GONÇALVES**, brasileiro, casado em comunhão parcial de bens, Engenheiro Eletricista natural de Felizburgo - MG, nascido aos 19/04/1979, portador da Carteira de Identidade nº M-9.331.997 e do CPF nº 036.246.916-43, residente e domiciliado à Rua Ramos de Lima nº 30 Apto 401, Bairro Boa Vista, Belo Horizonte - MG CEP 31.060-180, únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada **"SUPERENGE SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO LTDA"** CNPJ 11.184.198/0001-27, registrada na JUCEMG sob nº 31208591881 em 28/09/2009 e alterações posteriores, resolvem alterar seu contrato, que se regerá pelas cláusulas seguintes e, nas omissões, pela legislação específica que disciplina essa forma:

- 1- Alterar o capital social
- 2- Alterar o objeto social
- 3- Consolidar num só texto o Contrato Social em vigor

**CLÁUSULA PRIMEIRA  
DO CAPITAL SOCIAL**

O Capital social passa a ser R\$590.000,00 (quinhentos e noventa mil Reais) divididos em 590.000 (quinhentas e noventa mil) quotas no valor unitário de R\$1,00 (Um real), totalmente integralizado pelos sócios, utilizando parte do saldo da conta Lucros Acumulados:

<b>Marcos Ferreira dos Reis</b>	<b>295.000 quotas</b>	<b>R\$295.000,00 (50%)</b>
<b>Gean Clésio Miranda Gonçalves</b>	<b>295.000 quotas</b>	<b>R\$295.000,00 (50%)</b>
<b>Total</b>	<b>590.0000 quotas</b>	<b>R\$590.000,00</b>

**CLÁUSULA SEGUNDA  
DA ALTERAÇÃO DE OBJETO SOCIAL**

O objeto social passa a ser: Intermediação e agenciamento de serviços e negócios inerentes a construção civil e informática, elaboração de anteprojetos, projetos básicos e executivos de instalações elétricas, rede de informática, telefônicas e infraestrutura tecnológica, sistema de detecção e combate de incêndio, projeto topográfico, de arquitetura e engenharia civil, execução por administração, empreitada ou sub empreitada de obras e serviços de engenharia de infraestrutura tecnológica e civil, instalações elétricas, redes de informática, automação predial, sistemas de incêndio, serviços de topografia, tudo com emprego de materiais e mão de obra e respectivos serviços de consultoria e manutenção nos Serviços acima elencados, venda de materiais e equipamentos relacionados aos serviços prestados acima, manutenção e conservação predial e locação de mão de obra para terceiros.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7378271 em 09/07/2019 da Empresa SUPERENGE SERVICOS E CONSTRUCAO LTDA - EPP, Nire 31208591881 e protocolo 192840002 - 08/07/2019. Autenticação: D3E79BA0237219412BD339A240BAEC7594A249D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/284.000-2 e o código de segurança pNF9. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/07/2019 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

pág. 3/9

**BRS**

Consultoria e apoio em licitação

**CLAUSULA TERCEIRA  
DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

Processada a alteração acima, o Contrato Social passa a vigorar com a seguinte redação:

**CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO****CLAUSULA PRIMEIRA  
DA NATUREZA JURIDICA, DENOMINAÇÃO, SEDE E FORO**

A Sociedade é empresária limitada, com a denominação social de "SUPERENGE SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO LTDA", tendo por nome fantasia a designação de SUPERENGE e sua sede é na cidade de Sabará, MG, à Rua Diana n.º 643 A, Bairro Ana Lúcia CEP 34.710-210

**Parágrafo Único:** Fica facultado a abertura de outras filiais ou escritórios em qualquer parte do território nacional, ficando eleito o foro da comarca de Belo Horizonte – MG, para ajuizamento de quaisquer ações pertinentes à sociedade.

**CLAUSULA SEGUNDA  
DOS OBJETIVOS SOCIAIS**

A sociedade tem o seguinte objetivo social:

- Intermediação e agenciamento de serviços e negócios inerentes a construção civil e informática;
- Elaboração de anteprojetos, projetos básicos e executivos de instalações elétricas, rede de informática, telefônicas e infraestrutura tecnológica, sistema de detecção e combate de incêndio, projeto topográfico, de arquitetura e engenharia civil;
- Execução por administração, empreitada ou sub empreitada de obras e serviços de engenharia de infraestrutura tecnológica e civil, instalações elétricas, redes de informática, automação predial, sistemas de incêndio, serviços de topografia, tudo com emprego de materiais e mão de obra e respectivos serviços de consultoria e manutenção nos Serviços acima elencados;
- Venda de materiais e equipamentos relacionados aos serviços prestados acima;
- Manutenção e conservação predial e locação de mão de obra para terceiros.

**CLAUSULA TERCEIRA  
DO CAPITAL SOCIAL**

O Capital social é R\$590.000,00 (quinhentos e noventa mil Reais) divididos em 590.000 (quinhentas e noventa mil) quotas no valor unitário de R\$1,00 (Um real) , totalmente integralizado pelos sócios:

<b>Marcos Ferreira dos Reis</b>	<b>295.000 quotas</b>	<b>R\$295.000,00 (50%)</b>
<b>Gean Clésio Miranda Gonçalves</b>	<b>295.000 quotas</b>	<b>R\$295.000,00 (50%)</b>
<b>Total</b>	<b>590.0000 quotas</b>	<b>R\$590.000,00</b>

**Parágrafo Único:** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, na forma da Lei (art. 1052 CC/2002).



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7378271 em 09/07/2019 da Empresa SUPERENGE SERVICOS E CONSTRUCAO LTDA - EPP, Nire 31208591881 e protocolo 192840002 - 08/07/2019. Autenticação: D3E796A0237219412BD339A240BAEC7594A249D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/284.000-2 e o código de segurança pNF9. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/07/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

  
Assinatura digital  
de Paula Bomfim

pág. 4/9



**BRS**

Consultoria e apoio em licitação

**CLÁUSULA QUARTA****DA ADMINISTRAÇÃO, DO USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL**

A administração da sociedade competirá a ambos os sócios, que assinarão em conjunto ou isoladamente pela sociedade, aos quais são delegados os poderes de assinar pela sociedade, sendo, portanto vedado expressamente seu uso em negócio estranho aos fins sociais quer em proveito próprio ou de terceiros, sob pena de nulidade, cabendo à mesma a representação da sociedade judicial ou extrajudicial, bem como perante as instituições bancárias e financeiras, fornecedores, clientes em geral, autarquias e demais repartições públicas federais, estaduais e municipais, enfim todas as relações junto a terceiros.

**Parágrafo Primeiro:** No caso específico de venda, alienação, hipoteca, penhora de bens móveis ou imóveis da sociedade, serão obrigatoriamente exigidas as assinaturas de todos os sócios.

**Parágrafo segundo:** Ficam expressamente proibidos os sócios de servirem de avalistas, como pessoa física, exceto quando se tratar de negócios de interesse da sociedade.

**CLÁUSULA QUINTA****DO PRAZO DE DURAÇÃO**

O prazo de duração da sociedade é indeterminado e o início das atividades se deu em 28/09/2009.

**CLÁUSULA SEXTA****DA RETIRADA "PRO LABORE"**

Aos sócios com cargo de diretor poderá ser creditado honorário mensal a título de Pró-Labore, estabelecido de comum acordo entre os sócios, importância esta que será levada a débito de "despesas administrativas".

**CLÁUSULA SÉTIMA****DO EXERCÍCIO SOCIAL E SEU RESULTADO**

O exercício social é coincidente com o ano civil e pelo Balanço Geral de 31 de Dezembro de cada ano e, na proporção da participação societária de cada um, serão distribuídos os resultados correspondentes ao período ou serão mantidos em suspenso por deliberação dos sócios em reunião convocada pela diretoria.

**Parágrafo Primeiro:** A sociedade poderá, por deliberação dos sócios, levantar balanços intermediários, ficando desde já autorizada a capitalização e/ou distribuição dos resultados assim apurados.

**Parágrafo Segundo:** Mensalmente poderá ser pactuada a distribuição dos lucros que por ventura vier a ser apurado pela contabilidade e distribuídos também mensalmente a cada um deles em função da participação nos mesmos, considerando-se os compromissos financeiros da sociedade.

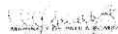
**CLÁUSULA OITAVA****DA TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS SOCIAIS**

Os sócios não poderão ceder ou transferir a terceiros suas quotas, total ou parcialmente, sem anuência dos demais, sob pena de ineficácia da cessão, ficando, destarte ressalvado o direito de preferência em igualdade de condições com terceiros.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7378271 em 09/07/2019 da Empresa SUPERENGE SERVICOS E CONSTRUCAO LTDA - EPP, Nire 31208591881 e protocolo 192840002 - 08/07/2019. Autenticação: D3E79BA0237219412BD339A240BAEC7594A249D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/284.000-2 e o código de segurança pNF9. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/07/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.



pág. 5/9



**BRS**

Consultoria e apoio em licitação

**CLÁUSULA NONA  
DA SUCESSÃO**

Em caso de interdição ou falecimento de quaisquer dos sócios, a sociedade não se dissolverá, nem se extinguirá, devendo o sócio remanescente apurar os haveres do falecido ou interditado, através de Balanço a ser levantado dentro de no máximo trinta dias do evento.

**Parágrafo Único:** As quotas pertencentes ao sócio falecido ou interditado serão repartidas, na forma da lei, entre os legítimos herdeiros.

**CLÁUSULA DÉCIMA  
DA LIQUIDAÇÃO**

A sociedade somente entrará em liquidação nos casos específicos previstos em Lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA  
DA DECLARAÇÃO DA LEI 8.934/94**

Os signatários de presente instrumento declaram expressamente que não se acham incursos nas proibições previstas na Lei Federa. n.º 8.934/94, e para os efeitos do disposto no art. 1.011 CC/2002, declaram sob as penas da Lei que não estão impedidos, por Lei especial, e nem condenado ou encontra-se sob os efeitos da condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, impeditivas do registro deste documento.

E, por estarem assim justos e combinados, assinam o presente Instrumento Particular de Constituição da Sociedade Empresária, em 03 (três) vias de igual forma e teor, indo a 1ª (primeira) via a arquivamento na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

Sabará, 01 de julho de 2019

**MARCOS FERREIRA DOS REIS**

**GEAN CLÉSIO MIRANDA GONÇALVES**



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7378271 em 09/07/2019 da Empresa SUPERENGE SERVICOS E CONSTRUCAO LTDA - EPP, Nire 31208591881 e protocolo 192840002 - 08/07/2019. Autenticação: D3E79BA0237219412BD339A240BAEC7594A249D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/284.000-2 e o código de segurança pNF9. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/07/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

Assinatura digitalizada  
assinatura autenticada

pág. 6/9



**BRS**

Consultoria e apoio em licitação

**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Registro Digital

## Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/284.000-2	MGP1900375406	02/07/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
036.246.916-43	GEAN CLESIO MIRANDA GONCALVES
816.563.276-00	MARCOS FERREIRA DOS REIS

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7378271 em 09/07/2019 da Empresa SUPERENGE SERVICOS E CONSTRUCAO LTDA - EPP, Nire 31208591881 e protocolo 192840002 - 08/07/2019. Autenticação: D3E79BA0237219412BD339A240BAEC7594A249D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/284.000-2 e o código de segurança pNF9. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/07/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

  
Marinely de Paula Bomfim

pág. 7/9

**BRS**

Consultoria e apoio em licitação



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM  
Governo do Estado de Minas Gerais  
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais  
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa SUPERENGE SERVICOS E CONSTRUCAO LTDA - EPP, de nire 3120859188-1 e protocolado sob o número 19/284.000-2 em 08/07/2019, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 7378271, em 09/07/2019. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Raquel Vicente Coelho.

Assina o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/ImagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
036.246.916-43	GEAN CLESIO MIRANDA GONCALVES
816.563.276-00	MARCOS FERREIRA DOS REIS

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
036.246.916-43	GEAN CLESIO MIRANDA GONCALVES
816.563.276-00	MARCOS FERREIRA DOS REIS

Belo Horizonte, Terça-feira, 09 de Julho de 2019

Marinely de Paula Bomfim: 87363895600

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7378271 em 09/07/2019 da Empresa SUPERENGE SERVICOS E CONSTRUCAO LTDA - EPP, Nire 31208591881 e protocolo 192840002 - 08/07/2019. Autenticação: D3E79BA0237219412BD339A240BAEC7594A249D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/284.000-2 e o código de segurança pNF9. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/07/2019 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

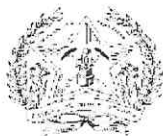
Marinely de Paula Bomfim  
Secretária-Geral

pág. 8/9



**BRS**

Consultoria e apoio em licitação

**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
523.047.366-53	RAQUEL VICENTE COELHO
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte. Terça-feira, 09 de Julho de 2019



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7378271 em 09/07/2019 da Empresa SUPERENGE SERVICOS E CONSTRUCAO LTDA - EPP, Nire 31208591881 e protocolo 192840002 - 08/07/2019. Autenticação: D3E79BA0237219412BD339A240BAEC7594A249D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/284.000-2 e o código de segurança pNF9. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/07/2019 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.



pág. 9/9

MPMG-SGDP  
ID: 3034877  
DATA: 11 NOV 2019

# RECIBO DE ENTREGA DE ENVELOPE DE LICITAÇÃO

Nome do fornecedor

Superenge Services e Construções Ltda - EPP

Referência (processo e número)

P.L n: 033 / 2019

Quantidade de envelopes

05 (um) Envelope

Assinatura Recebentista

Kátia Cristina da Silva Aguiar  
Matrícula: 3746  
Recepcionista

RECEBIMOS DE JUIZ DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO - PROTOCOLO-GENAL  
DATA: 11/11/2019 HORA: 15:55 NUM: 000119176 IE: 31-3330-8145



Ministério Público

João Cabral, 1740

6º andar

Centro Geométrico

S

Superenge serviços e construções LTDA - EPP

Ref: concorrência Pública N: 033 / 2019

RECEBIMOS EM 11.11.2019  
HORA 15:53 VALOR R\$ 11976 RE: 31-3330-8145

MPMG - SGP

Id: 3034877

DATA 14 NOV 2019